

INSUBORDINAÇÃO E GRAMÁTICA TÉTICA: REFLEXÕES TEÓRICAS PARA O PORTUGUÊS EM USO

Thiago Laurentino de Oliveira¹

Violeta Virginia Rodrigues²

RESUMO: O fenômeno da insubordinação de orações, conforme Evans (2007), envolve o uso independente de orações com marcas formais de subordinação, sem ligação sintática a uma oração principal. No português, estudos recentes (BARONI, 2022; RODRIGUES, 2024) têm investigado esse fenômeno em textos escritos, explorando suas ocorrências, funções pragmáticas e padrões formais. Ainda há, no entanto, questões em aberto sobre os limites e mecanismos envolvidos por essas construções (BEIJERING; KALTENBÖCK; SANSIÑENA, 2019). Neste artigo, propomos uma reflexão teórica sobre a natureza das cláusulas insubordinadas, utilizando o modelo da Gramática Tética (KALTENBÖCK, HEINE E KUTEVA, 2011). Argumentamos que essas cláusulas são unidades téticas, sancionadas pela operação cognitiva de cooptação, que se processa entre os domínios da Gramática do Discurso. Aplicamos essa proposta a um conjunto assistemático de dados do português brasileiro contemporâneo, coletados de redes sociais e publicações digitais.

Palavras-chave: Sintaxe funcional. Insubordinação. Gramática tética. Cooptação.

INSUBORDINATION AND THETICAL GRAMMAR: THEORETICAL REFLECTIONS FOR PORTUGUESE IN USE

ABSTRACT: As described by Evans (2007), the phenomenon of clause insubordination involves the independent use of clauses with formal markers of subordination without syntactic connection to a main clause. In Portuguese, recent studies (BARONI, 2022; RODRIGUES, 2024) have investigated this phenomenon in written texts, exploring its occurrences, pragmatic functions, and formal patterns. However, there are still open questions about the limits and mechanisms involved in these constructions (BEIJERING; KALTENBÖCK; SANSIÑENA, 2019). In this paper, we propose a theoretical reflection on the nature of insubordinate clauses, using the Thetical Grammar model (KALTENBÖCK et al., 2011). We argue that these clauses are thetical units sanctioned by the cognitive operation of cooptation, which operates within the domains of Discourse Grammar. We apply this proposal to a non-systematic data set from contemporary Brazilian Portuguese collected from social media and digital publications.

Keywords: Functional syntaxis. Insubordination. Thetical grammar. Cooptation.

¹ Doutor em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa). Professor Adjunto do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9537-5264>. E-mail: thiagolaurentino@letras.ufrj.br.

² Doutora em Letras Vernáculas (Língua Portuguesa). Professora titular do Departamento de Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ. Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da UFRJ. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1789-5675>. E-mail: violeta.rodrigues@letras.ufrj.br.

Palavras iniciais

No âmbito das pesquisas em sintaxe da oração, nas últimas décadas, um tema vem recebendo um destaque crescente: a insubordinação de orações. O fenômeno, assim denominado por Evans (2007), refere-se, em linhas gerais, a um processo de (des)articulação de cláusulas, por meio do qual orações com marcas formais de subordinação (p. ex., presença de uma conjunção ou pronome no início da estrutura e verbo flexionado no modo subjuntivo) são utilizadas de maneira independente, isto é, sem estarem vinculadas sintaticamente a uma oração principal dentro do período composto em que ocorrem. Esses usos, desde Evans (2007), vêm sendo atestados em línguas naturais diversas, como ilustram os exemplos em (1-2):

(1) That I should live to see such ingratitude! ingratitude! (Evans, 2007 p. 403)

“(Não acredito) *que estou vivendo para presenciar tamanha ingratidão!*”

(2) (Seria bom/ Quería) *Que cada pessoa chata vire um ar-condicionado* (Rodrigues, 2021, p. 70)

No que se refere ao português, também encontramos, nos últimos anos, estudos acerca da insubordinação (cf. RODRIGUES, 2024). Com foco tanto em textos falados quanto em textos escritos, as pesquisas sobre cláusulas insubordinadas na língua portuguesa têm trilhado as seguintes rotas de investigação: (a) atestar os usos de cláusulas insubordinadas semelhantes aos descritos na literatura original sobre o tema (HIRATA-VALE, 2020; BARONI; RODRIGUES, 2021; BARONI, 2022); (b) mapear as funções pragmáticas e os padrões formais mais recorrentes de insubordinadas em português (RODRIGUES, 2022; 2024; AFFONSO JR., 2024); (c) rastrear historicamente a insubordinação em dados de sincronias passadas da língua (cf. RODRIGUES; OLIVEIRA, 2023).

Existem, no entanto, muitas questões sobre o tema que ainda se encontram em discussão e formulação. Não há consenso, por exemplo, sobre os limites da insubordinação: muitos especialistas divergem sobre quais usos independentes de estruturas formalmente subordinadas podem/devem ser considerados casos de insubordinação (cf. D’HERTEFELT; VERSTRAETE, 2014). Além disso, outro aspecto em aberto diz respeito às fontes e aos mecanismos geradores de cláusulas insubordinadas nas línguas (cf. BEIJERING; KALTENBÖCK; SANSIÑENA, 2019). Dentre essas e outras lacunas sobre o tema, propomos, neste artigo, uma reflexão teórica acerca da

própria natureza das unidades linguísticas em questão. Afinal, o que são as cláusulas insubordinadas? O que as sanciona na gramática das línguas? O que motiva seus usos?

Para desenvolver a reflexão a partir desses questionamentos, adotamos o modelo da Gramática Tética, proposto por Kaltenböck, Heine e Kuteva (2011). Assumimos, com base nesses autores, que as instanciações de cláusulas insubordinadas constituem o que eles denominam de téticos, unidades que têm comportamento posicional próprio e significado essencialmente determinado pela situação discursiva. Essas unidades são sancionadas por um dispositivo específico dentro da Gramática do Discurso (GD), a chamada Gramática Tética (GTet). A articulação teórica da insubordinação com a GTet não é inédita, uma vez que em Heine, Kaltenböck e Kuteva (2016) já encontramos um posicionamento favorável a essa perspectiva de análise. Nosso intuito é, então, retomar essa proposta de articulação teórica, defendendo a sua aplicação para a sistematização dos usos de cláusulas insubordinadas. Para tanto, aplicamos essa proposta teórica a um conjunto de dados assistemáticos de insubordinação no português brasileiro escrito contemporâneo, coletados de postagens no *Instagram* e no *Twitter*, além da versão digital da revista *Veja*.

Além desta seção introdutória, o artigo encontra-se estruturado da seguinte forma: na primeira seção, fazemos uma breve retomada dos estudos sobre insubordinação, destacando os diferentes aspectos que têm sido mais investigados; na segunda, apresentamos as linhas gerais do modelo de Gramática do Discurso, com ênfase na Gramática Tética; já na terceira seção, aplicamos o modelo teórico a dados de insubordinadas do português brasileiro contemporâneo, ressaltando as propriedades destas que correspondem ao conceito de unidade tética. Por fim, na última seção, sistematizamos os principais tópicos discutidos, sublinhando as principais vantagens e desafios da articulação teórica defendida.

1 Insubordinação de orações

Evans (2007, p. 367) define a insubordinação como o “uso convencionalizado como cláusula principal do que, à primeira vista, parecem ser formalmente cláusulas subordinadas”. Durante a elaboração da gramática da língua aborígene Kayardild, o linguista verificou a ocorrência de orações recorrentemente utilizadas como independentes, apesar de possuírem marcas estruturais de orações subordinadas. Esses dados lhe impuseram um desafio de classificação, visto que não havia, dentre os

parâmetros gramaticais da época, uma categoria que acolhesse essas construções. A partir de então, o autor tem descrito e analisado tais orações em línguas diversas.

Formalmente, as cláusulas em discussão exibem traços que são considerados típicos de estruturas subordinadas, tais como a presença de conjunções (*that/que*) e a flexão verbal no modo subjuntivo. Esses traços variam translinguisticamente, a depender de como as gramáticas das línguas codificam a subordinação (cf. EVANS, 2007, p. 379-384). Apesar da presença desses traços, a ideia de “insubordinação” emerge porque não há, dentro do período, orações principais em que essas subordinadas deveriam estar encaixadas (em alguns casos, é possível inferir que tipo de oração principal integraria o enunciado). Tais usos nos fazem refletir sobre o que é tradicionalmente descrito nos manuais gramaticais: “onde há uma oração subordinada há também uma principal (...) não há principal sem subordinada, nem subordinada sem principal.” (LUFT, 1976, p. 53).

Não obstante essa afirmação, os dados de diferentes línguas – seja na fala, seja na escrita – têm fornecido exemplos de orações com forma de subordinada, mas sem estarem vinculadas a uma principal num mesmo período composto. Conforme observam Baroni e Rodrigues (2021, p. 286), “o uso insubordinado dessas cláusulas é perfeitamente aceito pelos falantes e não acarreta prejuízos ao entendimento da mensagem”. Dessa forma, duas questões têm sido discutidas primordialmente pelos estudiosos do tema: (i) que mecanismos licenciam a ocorrência de orações insubordinadas? Como essas estruturas emergem na língua? Dadas as limitações deste artigo, sumarizamos, nos parágrafos subsequentes, as hipóteses mais exploradas no âmbito da insubordinação.

1.1 Três hipóteses para o fenômeno

Na fase atual da discussão, encontramos três hipóteses principais que almejam dar conta das questões pontuadas. Para Evans (2007), a elipse é o principal mecanismo propulsor de construções insubordinadas. No raciocínio do autor, um pedaço da construção complexa canônica assume o significado que, originalmente, corresponderia à construção inteira devido à deleção de uma parte dessa construção (a oração principal). Com a omissão da oração principal, os interlocutores passariam a inferi-la a partir do contexto e do seu conhecimento de mundo. De modo análogo a outros processos de mudança linguística, a formação de orações insubordinadas se daria gradualmente. Evans (2007, p. 370), sob uma perspectiva diacrônica, representa essa trajetória de mudança em um *cline* envolvendo quatro etapas: (1) construção subordinada canônica > (2) elipse da

oração principal > (3) restrição de interpretação do material elipsado > (4) uso convencionalizado como principal de oração formalmente subordinada (construcionalização). Os exemplos em (3) são de Baroni e Rodrigues (2021, p. 290):

- (3) a. Espero [que seu dia seja maravilhoso como você é].
b. Que o seu dia comece abençoado e termine vitorioso.

Ainda que os exemplos em (3) sejam usos que coexistem na sincronia atual do português, percebemos, na comparação entre (3a) e (3b), o efeito das etapas (2), (3) e (4), propostas por Evans (2007). Ao analisar o exemplo (3b), percebemos que não há uma oração principal (que está elíptica) para a estrutura formalmente subordinada encabeçada pelo “que”; além disso, verifica-se uma restrição de interpretação para o enunciado, fortemente relacionada a um uso convencionalizado da oração. Nesse caso, a cláusula assume um valor pragmático de volição, funcionando como um desejo positivo para o interlocutor.

A segunda hipótese é proposta por Mithun (2008), segundo a qual a insubordinação é um fenômeno discursivo em que uma oração deixa de estar ligada sintaticamente a uma principal e adquire funcionamento no nível textual-discursivo. Trata-se de um processo de “extensão de dependência”, em que a função subordinativa da cláusula envolve um contexto discursivo mais amplo. Esse contexto pode corresponder a comentários, pergunta-resposta ou comandos em situações de interação específicas. Além disso, orações insubordinadas também podem ocorrer em contribuições dos falantes a falas anteriores, estando relacionadas à alternância de turnos conversacionais. O exemplo em (4) é de Mithun (2008, p. 96):

- (4) EC: Camek calisit?
“Em que você trabalha?”
EA: Tua-i-gguq qalamciyarturlua.
“Então, para contar histórias”

O dado em (4) é pertencente à língua Yup’ik, estudada por Mithun (2008). Nele, notamos que a oração insubordinada, produzida por EA, se vincula contextualmente ao turno de fala de EC, consistindo em uma resposta à pergunta que foi feita. Não há, contudo, uma oração principal formalmente expressa no mesmo período com a qual essa construção possa ser sintaticamente combinada. Percebemos que a cláusula insubordinada se apoia no contexto comunicativo, por meio do qual pode ser compreendida e com o qual podemos estabelecer uma relação com o verbo *trabalhar* no

ato de fala de EC. Dados como os de (4) não são tão facilmente analisados segundo a hipótese de Evans (2007), uma vez que não parecem envolver uma elipse da oração principal, tal como sublinha Mithun (2008). O que se observa nesse contexto é que a fala de EA contribui para a fala de EC. Em Evans (2007), não há como recuperar o material elipsado, já que ele não aparece formalmente expresso.

Alternativamente, encontramos, ainda, uma terceira hipótese no trabalho de Cristofaro (2016). Para a autora, as orações insubordinadas surgem através de mecanismos de naturezas distintas e que não são exclusivos ao fenômeno da insubordinação. Assim, orações insubordinadas são fruto do que ela denomina de “desengajamento clausal”: certas estruturas oracionais que apresentam algumas características de cláusulas independentes se tornam desengajadas, desconectadas de uma cláusula coocorrente, levando a um uso isolado, de forma insubordinada. Na visão de Cristofaro (2016), o desengajamento clausal é um recurso para a introdução de novos tópicos discursivos ou para a reelaboração de tópicos previamente introduzidos na conversa. Em (5), reproduzimos um exemplo da linguista (CRISTOFARO, 2016, p. 400):

- (5) A: Ordino una spesa. (“Vou fazer uma compra”)
B: Ok.
A: Perché abbiamo proprio finito la pasta. (“Porque realmente ficamos sem massa”)

O exemplo em (5) ilustra o desengajamento clausal: após dizer para B que fará compras, A lança mão de uma oração insubordinada para justificar/complementar a sua fala inicial. Segundo Cristofaro (2016), essa desconexão sintática permite que os interlocutores reinterpretem a oração formalmente subordinada como uma unidade autônoma, capaz de reformular um tópico inteiro, e não só uma oração específica. Dessa maneira, as orações insubordinadas são utilizadas com as mesmas funções, porém sem a exigência de uma oração ou segmento textual específico ao qual estejam relacionadas. Ressaltamos que o exemplo em (5) também não pode ser explicado pela hipótese da elipse de Evans (2007); por outro lado, verificamos que a explicação proposta por Mithun (2008) parece dar conta desse caso. Aliás, Cristofaro (2016) reconhece haver pontos de convergência entre a extensão de dependência e o desengajamento clausal (embora existam divergências entre as hipóteses – para mais detalhes, cf. CRISTOFARO, 2016).

As três propostas elencadas ainda se encontram em discussão pelos linguistas interessados no fenômeno da insubordinação e vêm sendo testadas em diferentes pesquisas, à medida que se amplia o número de estudos acerca do tema. Paralelamente,

outras propostas de descrição têm surgido, com o intuito de recobrir a diversidade de construções analisáveis como insubordinadas. Dentre elas, está a proposta de análise das orações insubordinadas como unidades téticas (HEINE; KALTENBÖCK; KUTEVA, 2016), que exploraremos neste artigo. Antes disso, no entanto, registramos, na próxima subseção, um breve panorama dos estudos sobre insubordinação na língua portuguesa.

1.2 Insubordinação em português: breve panorama

A literatura sobre a insubordinação de orações em português ainda é consideravelmente incipiente e reduzida. Ao consultar duas obras de referência sobre o tema já publicadas, em âmbito internacional (EVANS; WATANABE, 2016; BEIJERING; KALTENBÖCK; SANSIÑENA, 2019), não localizamos qualquer menção a estudos ou mesmo dados provenientes do português, apesar de as orações insubordinadas serem produtivas nesta língua. Em artigo de caráter exploratório, Baroni e Rodrigues (2021) identificam como primeiras incursões acerca da insubordinação em português os trabalhos de Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017), Hirata-Vale (2020) e Rodrigues (2021).

Nos dois primeiros estudos pontuados, temos análises sincrônicas, de caráter qualitativo, em que são examinados dados de insubordinadas condicionais e completivas do português brasileiro extraídos de *corpora* de livre acesso, redes sociais e em buscas realizadas pelo site *Google*. Teoricamente, as autoras adotam a hipótese de Evans (2007) e defendem que as insubordinadas do português são resultado do uso convencionalizado de orações subordinadas sem a presença da principal. O foco das pesquisadoras são as diferentes funções discursivo-pragmáticas que as insubordinadas podem exercer em português. A análise realizada por Hirata-Vale, Oliveira e Silva (2017) se restringe a duas estruturas insubordinadas existentes no português brasileiro (condicionais iniciadas por ‘se’ e completivas iniciadas por ‘que’), conferindo ao estudo um caráter pontual e preliminar.

Em estudo subsequente, Hirata-Vale (2020) investiga as insubordinadas completivas, as quais denomina de construções completivas insubordinadas (CCI). A autora utiliza *corpora* de língua falada. Quanto à perspectiva de análise, a linguista parece se afastar da hipótese de Evans (2007), adotando a proposta de Mithun (2008), já que afirma que as CCI são fruto de extensão funcional, exprimindo relações que vão além do nível sentencial. A abordagem adotada é construcional-interacional, sendo fundamentada pelos trabalhos de Sansiñena (2015) e Gras (2016). Segundo Hirata-Vale (2020), as CCI

são codificadas formalmente pelo modo verbal subjuntivo e têm natureza exclamativa ou optativa/hortativa. Nesse estudo, a atenção também se volta para os aspectos funcionais das insubordinadas, analisando o papel desempenhado pelas CCI nas interações discursivas.

Em Rodrigues (2021), encontramos uma discussão que considera um universo mais amplo da (des)articulação de cláusulas no português. Examinando os usos independentes de orações formalmente subordinadas, a autora contrapõe as noções de desgarramento e insubordinação de orações. Proposto por Decat (1999), o termo “desgarramento” refere-se a estruturas tradicionalmente analisadas como subordinadas que são usadas de maneira “solta”, isolada, consistindo em um enunciado autônomo. Seguindo a visão de Chafe (1980), Decat (2011) afirma que as orações desgarradas constituem uma unidade informacional. Para essa autora, as cláusulas mais propensas ao desgarramento são as subordinadas adverbiais e as relativas apositivas, visto que elas não são argumentos de um item lexical da cláusula principal.

Contrapondo as duas visões para cláusulas subordinadas com usos independentes, Rodrigues (2021) realiza uma análise sincrônica a partir de um *corpus* formado por postagens coletadas no *Facebook*. Ao examinar as estruturas completivas, a autora destaca que haveria, em português, completivas desgarradas e insubordinadas. O critério diferenciador é a presença de material linguístico recuperável no discurso que possa ser interpretado como oração principal: se há esse material no cotexto em que ocorre a oração desarticulada sintaticamente, ela deve ser analisada como desgarrada; caso contrário, trata-se de uma insubordinada. A discussão proposta pela autora foi fundamental para os estudos de cláusulas desarticuladas no português, pois traça um paralelo entre a insubordinação (de investigação mais abrangente) e o desgarramento (investigado no português brasileiro, a partir de Decat, 1999). Até o momento, a presença de material linguístico precedente e/ou sua falta no cotexto tem se mostrado o critério mais adequado para a diferenciação entre desgarramento e insubordinação. No entanto, aplicando esse critério apenas ao escopo da insubordinação, nem sempre esse limite pode ser tão facilmente delimitado.

Na continuidade dessas reflexões, Rodrigues (2022) defende, sobretudo com base em Cristofaro (2016), que a insubordinação é um fenômeno de desarticulação mais geral, dentro do qual podemos alocar os usos analisados como desgarramento. Nesse trabalho, a autora apresenta uma proposta de estabelecimento dos padrões formais das orações insubordinadas em português, visando a contemplar um vasto conjunto de construções.

Já em Rodrigues e Oliveira (2023), há uma incursão histórica na qual os autores analisam textos do português arcaico, a fim de detectar orações insubordinadas nessa fase do idioma. Essa empreitada, mais recente do que as já iniciadas no português, será fundamental para testar a explicação diacrônica com base na elipse que Evans (2007) propõe para o fenômeno.

Diante desse brevíssimo panorama acerca dos estudos da insubordinação de cláusulas em português, enfatizamos a relevância da discussão proposta neste artigo. Apesar do crescente interesse pelo tema entre estudiosos brasileiros, nos últimos anos, verificamos que as análises empreendidas, até então, consistem em aplicações das hipóteses propostas, principalmente, por Evans (2007), Mithun (2008) e Cristofaro (2016). Detectamos, portanto, a falta de uma proposta de análise holística para a insubordinação em português, que dê conta da multiplicidade de construções que tem sido atestada nos dados de uso do português falado e escrito. Em outras palavras, enfatizamos que é necessária uma proposta teórica que acolha uma gama maior de possibilidades de cláusulas insubordinadas, para além das hipóteses que se preocupam em explicar como essas construções emergem na língua. Defendemos que isso pode ser feito com base nos pressupostos teóricos da Gramática Tética, que descrevemos na próxima seção.

2 Gramática tética e cooptação

As diretrizes da Gramática Tética foram postuladas por Kaltenböck, Heine e Kuteva (2011) e vêm sendo desenvolvidas em trabalhos subsequentes (Kaltenböck; Heine; 2014; Heine; Kaltenböck; Kuteva, 2016; Heine *et al.*, 2017). Segundo a proposta delineada por esses linguistas, a Gramática do Discurso (GD) é um domínio no qual se encontram todos os recursos linguísticos necessários para a elaboração de textos falados e escritos. Esse domínio subdivide-se em outras duas dimensões básicas: a Gramática da Sentença (GS) e a Gramática Tética (GTet). A GS é o domínio organizado “em termos de tipos de constituintes, como orações, sintagmas, palavras e morfemas, além da maquinaria sintática e morfológica para relacionar esses constituintes uns com os outros.” (Kaltenböck; Heine, 2014, p. 360). Na GS, as informações conceituais são codificadas de forma coerente e consistente, o que possibilita a criação de um mundo textual próprio, relativamente independente do contexto situacional imediato.

Já a GTet corresponde a um catálogo de fórmulas e construções denominadas pelos autores de unidades téticas ou simplesmente téticos. As unidades téticas são

pedaços de discurso – palavras, sintagmas, cláusulas ou mesmo *chunks* – que não funcionam como constituintes sintáticos, isto é, ocorrem sintaticamente desconectados nos enunciados. Em outras palavras, as unidades téticas correspondem a fenômenos “não sintáticos” que desafiam a análise sintática convencional. Do ponto de vista informacional, consistem em unidades independentes, já que não se encaixam como constituintes de outras, mas acrescentam uma nova unidade de informação no discurso, com funções pragmáticas diversas.

Quanto às diferenças entre as unidades téticas e as unidades da GS, Kaltenböck, Heine e Kuteva (2011) listam um conjunto de propriedades definidoras dos téticos: (i) são sintaticamente independentes; (ii) tendem a ser destacados prosodicamente do restante de um enunciado; (iii) seu significado extrapola o nível sentencial; (iv) tendem a ser posicionalmente móveis; (v) sua estrutura interna é construída com base em princípios da Gramática da Sentença, mas pode ser ‘elíptica’. Os autores ressaltam, entretanto, que

(...) nem todas as propriedades estão necessariamente presentes em um determinado caso. Um dos motivos está relacionado às características contextuais do discurso. (...) Há, entretanto, uma propriedade que é geralmente estável (...): os téticos são sempre fragmentos de discurso sintaticamente independentes. (HEINE *et al.*, 2017, p. 817)

Ainda na caracterização dos téticos, Kaltenböck, Heine e Kuteva (2011) destacam que essas unidades podem ser definidas funcionalmente (e não estruturalmente), já que exercem funções pragmáticas claras, dentre as quais costumam ser mencionadas a avaliação subjetiva, a abordagem do interlocutor e o ponto de vista do falante. Nesse mapeamento de funções, os autores insistem na relação dos téticos com a situação discursiva em que ocorrem, visto que eles não são regidos ou determinados pela sintaxe da sentença. A situação discursiva, no entendimento dos linguistas, se configura em “uma rede de componentes interligados, a saber: (a) organização textual, (b) fonte da informação, (c) atitudes do falante, (d) interação falante-ouvinte, (e) configuração do discurso e (f) conhecimento de mundo” (HEINE *et al.* 2017, p. 817)³.

Para explicar o licenciamento das unidades téticas na GD, ou seja, como elas são produzidas, Heine *et al.* (2017) exploram o conceito de cooptação. Segundo eles, a cooptação é “uma operação cognitivo-comunicativa pela qual um fragmento do discurso linguístico é transferido de um domínio do discurso para outro” (HEINE *et al.*, 2017, p.

³ Considerando os limites do artigo, não apresentamos, em detalhes, a conceituação dos componentes da situação discursiva. Alguns deles, no entanto, serão exemplificados na seção 3, durante a análise de dados. Para uma descrição completa, ver Kaltenböck, Heine e Kuteva (2011, p. 865-867).

813). Por meio dessa operação, portanto, um pedaço da GS (uma cláusula, um sintagma, uma palavra etc.) é deslocado para o domínio da GTet. Com a mudança de domínio, a unidade cooptada (UC) “é liberada de suas restrições como constituinte sintático: seu significado não é mais definido com referência à sua função sintática, mas é redefinido pelo seu novo ‘ambiente’” (HEINE *et al.*, 2017, p. 828). Nesse processo, a UC sofre uma série de mudanças sintáticas e semânticas, como a perda de restrição aos requisitos da antiga função sintática, a integração com componentes do novo ambiente (organização textual, interação falante-ouvinte, atitudes do falante) e a complexificação do significado, que passa a ser moldado pela combinação entre a semântica própria da UC e a da sua âncora discursiva.

Assim, a depender da natureza do material linguístico que for cooptado da GS para a GTet, podemos encontrar téticos com diversas configurações construcionais. Heine, Kaltenböck e Kuteva (2016) enumeram alguns tipos mais comuns, cujos usos destacamos em negrito: fórmulas de interação social (“Bom dia!”), vocativos (“o tema de hoje, **senhoras e senhores**, é astrofísica”), imperativos (“**Espere!** Estamos atrasados?”) e interjeições (“**Putz**, perdemos o ônibus...”). A esses exemplos, acrescentam-se ainda as chamadas cláusulas de comentário (“Peter vai se casar no próximo domingo, **eu acho.**”), sintagmas apositivos (“Jake, **nosso chefe**, disse para ficarmos.”) e, evidentemente, as cláusulas subordinadas (“Se você puder abrir a janela, por favor.”).

Seguindo essa perspectiva, assumimos, com base na proposta dos linguistas referenciados nesta seção, que as orações subordinadas são unidades téticas, cooptadas da GS para a GTet. Por essa razão, seu comportamento e funcionalidade diferem das cláusulas subordinadas canônicas, visto que ambas as unidades linguísticas operam em domínios distintos da GD. Mesmo sendo sintaticamente independentes, as orações subordinadas dependem da situação discursiva em que são produzidas. Nesse sentido, a análise do fenômeno deve considerar, principalmente, os componentes da situação discursiva acionados quando uma dada cláusula subordinada é usada. Na seção que segue, procuramos aplicar essa proposta de análise a dados contemporâneos do português brasileiro escrito.

2 Aplicações ao português em uso

Os cinco exemplos analisados nesta seção foram extraídos, de forma assistemática, dos aplicativos *Instagram* e *Twitter* e da versão digital da revista *Veja*. Há

ocorrências detectadas em trechos de artigo de opinião da *Folha de S. Paulo*, em postagem no *Twitter*, em capa de revista e em *meme*. Na apreciação qualitativa que iremos apresentar, conjugamos a proposta de gramática tética descrita na seção anterior com alguns parâmetros delineados por Rodrigues (2022) e Rodrigues e Oliveira (2023) para a análise das insubordinadas em português, a saber: padrão estrutural, vínculo cotextual, relação semântica e função pragmática. Nos parágrafos que seguem, descrevemos brevemente tais parâmetros.

Com o padrão estrutural, pretendemos descrever sumariamente a configuração formal da cláusula insubordinada. A partir da observação de diferentes ocorrências, Rodrigues (2022) identifica como os mais produtivos em português, os padrões Introdutor + SV (“Que seja doce”), Introdutor + SN + SV (“Desejo que seja feliz. **Que a vida lhe sorria**”) e SN + Introdutor + SV (“Gente que ama chá”), nos quais o introdutor corresponde ao vocábulo equivalente às conjunções e pronomes das orações subordinadas canônicas, e o SN sinaliza a manifestação formal do sujeito da cláusula.

Por meio do parâmetro do vínculo cotextual, pretendemos mapear o contexto de enunciação em que ocorre a insubordinada. Assim, o objetivo é identificar se há um vínculo imediato com o cotexto, isto é, com outros enunciados linguísticos circundantes, ou se, em vez disso, a cláusula se vincula a outros elementos contextuais (material não verbal, situação comunicativa, informações pressupostas/inferidas etc.). Acreditamos que a análise desse parâmetro ressalta o caráter tético da insubordinação, revelando a diversidade de contextos em que esta pode ocorrer. Assim, a insubordinada pode estar relacionada a algum material linguístico expresso antes, à situação comunicativa como um todo ou estar totalmente “solta”, sendo interpretada a partir do conhecimento de mundo compartilhado pelos interlocutores numa determinada situação comunicativa.

A relação semântica e a função pragmática são controladas a fim de dar conta da dimensão discursivo-funcional das insubordinadas. Explorando os significados textuais dessas unidades, verificamos que as insubordinadas podem ser utilizadas para preparar, elaborar, reelaborar, sinalizar o propósito da informação anterior, dentre outras relações semânticas. É evidente que as relações semânticas, muitas vezes, guardam semelhanças com as circunstâncias envolvidas pelas insubordinadas; todavia, optamos por não as categorizar seguindo a proposta tradicional, mas buscamos depreender seu conteúdo com base no contexto de uso, ou seja, na própria análise dos dados. Por essa razão, os rótulos não coincidem com os costumeiramente empregados na abordagem tradicional.


As funções pragmáticas dizem respeito ao funcionamento das cláusulas na situação comunicativa em que se inserem, podendo ser discursivas (se estabelecem relação com o cotexto anterior ou posterior) ou modais (se a subordinada se ancora, principalmente, no contexto comunicativo, envolvendo inferências e/ou informações pressupostas). Geralmente, os estudos em subordinação citam, com mais frequência, essas duas funções, juntamente com a função diádica. Embora alguns autores façam várias subdivisões em cada uma delas, optamos por manter uma visão mais geral, que também não apresenta interpretação consensual entre os teóricos da subordinação. A função pragmática modal, em geral, é identificada pelo seu caráter subjetivo, ou seja, pelo fato de, por meio dela, o falante e/ou escrevente fazer uma avaliação modal do enunciado. A função discursiva costuma ser empregada para se referir a algo que possa ser recuperado materialmente no discurso como um todo⁴. A função diádica, por sua vez, marca os contextos mais ligados à interação espontânea, envolvendo atos de falas distintos, em que um falante contribui para elaborar a fala do outro. Na escrita, seus usos correspondem às falas de personagens em narrativas, ao discurso direto e/ou reportado. Apresentados os parâmetros de análise, vejamos os dados elencados para esta discussão.

A primeira subordinada empregada no trecho do artigo de opinião da *Folha de São Paulo*, reproduzido em (6), “Que arque com os riscos e usufrua dos benefícios de suas escolhas”, configura-se segundo o padrão estrutural Introdutor + SV, apresentando os verbos no modo subjuntivo (“arque” e “usufrua”) e sendo iniciada por “que”. Na situação comunicativa em foco, a oração em análise relaciona-se com a informação anterior de que “o corolário é considerar o cidadão autônomo para decidir”, estabelecendo uma relação semântica de propósito⁵, pois considerar o cidadão como autônomo para tomar suas decisões implica que ele assuma as consequências de seus atos. Por isso, podemos dizer que a subordinada se insere na função pragmática discursiva, por conta de sua vinculação com o cotexto anterior. No que se refere aos componentes da situação discursiva propostos por Heine *et al.* (2017), percebemos que a subordinada se relaciona com a categoria atitudes do falante, já que expressa uma avaliação/opinião acerca do enunciado que a precede. Assim, a situação comunicativa em que ela é utilizada reforça a sua análise como unidade tética.

⁴ Utilizamos “discursiva” aqui no sentido de subordinação elaborativa, conforme Kaltenböck (2019).

⁵ Empregamos a noção de propósito como abrangendo várias relações semânticas, tais como consequência, causa, finalidade, conclusão.

(6)



Legalizar drogas leves, aborto e eutanásia. Para a Folha, brasileiros devem ter autonomia para gerir suas vidas; ao Estado cabe educar mais e proibir menos.

Curtido por mokapolis e outras pessoas



folhadespaulo O QUE A FOLHA PENSA | Quando se imputa responsabilidade ao cidadão, o corolário é considerá-lo autônomo para decidir sobre o que só a ele concirna. **Que arque com os riscos e usufrua dos benefícios de suas escolhas. Por isso esta Folha toma em sua integralidade a doutrina que valoriza as liberdades individuais, pois é em seu conjunto que ela tem feito avançar, ao longo dos últimos séculos, seja a riqueza das nações, seja a dignidade dos seus habitantes. **Que o Estado proíba menos e em contrapartida eduque mais nesses temas da esfera pessoal. Que intervenha apenas nos casos em que o exercício da liberdade por uma pessoa interfira nos direitos de outra.****

A segunda insubordinada, “Que o Estado proíba menos e em contrapartida eduque mais nesses temas da esfera pessoal.”, ilustra o padrão Introdutor + SN + SV, tendo os verbos “proíba” e “eduque” no modo subjuntivo e sendo introduzida também por “que”. No entanto, diferente do exemplo anterior, agora não é possível estabelecer uma vinculação imediata desta oração com alguma outra informação previamente dada no cotexto. Sua análise como insubordinada deve-se muito mais ao contexto comunicativo, do qual podemos inferir a ideia de desejo, volição, inserindo-se, por isso, na função pragmática modal. Apesar da diferença de vinculação discursiva, vemos que essa insubordinada expressa igualmente uma avaliação/opinião, pertencendo também, portanto, à categoria atitudes do falante.

A terceira insubordinada, “Que intervenha apenas nos casos em que o exercício da liberdade por uma pessoa interfira nos direitos da outra.”, insere-se no padrão Introdutor + SV, com o verbo “intervenha” no modo subjuntivo e sendo iniciada novamente por “que”. Embora presente, como a oração anterior, uma relação semântica de desejo, notamos que, além disso, ela reelabora a informação dada pela insubordinada que a precede, constituindo, assim, uma enumeração formada por duas cláusulas insubordinadas. Tais propriedades permitem-nos inseri-la na função pragmática discursiva, já que ela se relaciona com o cotexto anterior, ao mesmo tempo em que expressa, com base nos componentes da situação do discurso, a atitude do escrevente e a organização do texto. Como unidade tética, observa-se como seu uso na situação comunicativa emerge da relação entre todos os níveis de análise, visto que se partiu da estrutura no cotexto, de sua relação com o contexto e com a situação comunicativa. Nesse

caso, inclusive, é importante mencionar que a imagem do Senado Federal em Brasília anuncia/prepara os argumentos que serão apresentados pelo escrevente do artigo de opinião da *Folha*.

Em (7), a jornalista Mariana Gross produz, em sua postagem no *Twitter*, a insubordinada “Que ainda não terminou”, cujo padrão estrutural é Introdutor + SV, sendo introduzida por “que” e apresentando o verbo “terminou” no modo indicativo. Percebemos que, no cotexto, a oração em análise elabora, do ponto de vista semântico, a ideia (“missão”) de não deixar que o assassinato da vereadora do Rio de Janeiro, Marielle Franco, seja esquecido, realçando ainda mais o peso dessa “missão”. Essa relação da insubordinada com o SN “missão”, presente no período anterior, permite-nos inseri-la no âmbito da função pragmática discursiva. Além disso, com base em Heine *et al.* (2017), podemos dizer que a atitude do escrevente e a organização do texto são, novamente, os componentes da situação do discurso colocados em primeiro plano.

| | | | | |
|-----|--|---|-----|---|
| (7) |  <p>Mariana Gross @ladygross</p> <p>Marielle, há seis anos falo sobre você. Cobro, me assombro, fico indignada. É uma missão. Que ainda não terminou. Vamos até o fim. #RJ1 #11:45</p> | <p>Mariana Gross @ladygross</p> <p>Marielle, há seis anos falo sobre você. Cobro, me assombro, fico indignada. É uma missão. Que ainda não terminou. Vamos até o fim. #RJ1 #11:45</p> | (8) |  <p>SOCIEDADE PROTEGE LEI QUE RESTRIÇÃO A BROTTE LEGAL E QUALIFICA O MASTRE ESTIPROZOMI DIMINUISSE O BANDO</p> <p>veja</p> <p>REAL 30 ANOS</p> <p>A MOEDA QUE SALVOU O BRASIL</p> <p>Com o Plano Real, que integrou 30 anos bem-sucedidos, o país foi capaz de vencer o abominável tormente da hiperinflação. O desafio atual é manter a estabilidade econômica e adotar soluções para problemas como gastos públicos, produtividade, crescimento, entre outros</p> |
|-----|--|---|-----|---|

No exemplo de insubordinada, em (8), coletado da revista *Veja* (edição 2898, nº 25, 21 jun. 2024), “A moeda que salvou o Brasil”, encontramos o padrão estrutural SN + Introdutor + SV. O introdutor é, mais uma vez, o “que”, e o verbo está no modo indicativo (“salvou”). No ambiente discursivo em que é utilizada (capa da revista), a cláusula em foco está vinculada a um SN isolado (“a moeda”), que não integra uma oração principal, o que lhe confere certo isolamento cotextual. Cabe ressaltar que, ao analisarmos esse padrão estrutural como um caso de insubordinação, não separamos a oração “que salvou o Brasil” do sintagma nominal “a moeda”; consideramos, toda a sequência como uma

mesma unidade tética⁶. Notamos uma relação semântica de preparação, já que essa unidade tética anuncia um tópico discursivo que será destacado na edição da revista (os 30 anos do Plano Real no Brasil). A insubordinada exerce, pois, a função pragmática modal. Quanto aos componentes da situação do discurso, vemos que a organização do texto e o conhecimento de mundo são os mais proeminentes nessa insubordinada, pois, ao mesmo tempo em que especifica um tópico discursivo, seu uso evoca um conhecimento além do que emerge da situação do discurso; assim, “presume-se ser compartilhado pelos interlocutores para justificar o enunciado ou situá-lo em um contexto mais amplo” (HEINE *et al.*, 2017, p. 867).

Comparando os quês introdutores das insubordinadas analisadas nos exemplos anteriores, notamos que aqueles vistos em (6) guardam semelhanças com as conjunções integrantes, que iniciam tipicamente as orações subordinadas substantivas/completivas, enquanto os presentes em (7) e (8) se assemelham aos pronomes relativos, conectores prototípicos das orações subordinadas adjetivas/relativas. Vale ressaltar, no entanto, que nos casos semelhantes às conjunções integrantes tais vocábulos não desempenham a função de encaixar/conectar sintaticamente orações principais e subordinadas, tal como ocorre em subordinações completivas canônicas, produzidas segundo as propriedades da GS. Já nos casos em que o introdutor se assemelha ao comportamento dos pronomes relativos, há que se notar que a oração se encaixa num SN isolado, que não é um constituinte de uma oração principal. Isso revela o caráter insubordinado dessas cláusulas, que preservam marcas formais de subordinação, mas que, ao serem cooptadas, passam a funcionar como unidades téticas, sendo regidas pela situação do discurso em que são utilizadas.

Os exemplos em (9) e (10), extraídos do Instagram (do perfil da *Folha de S. Paulo* e da página de humor “@udezinho”, respectivamente), ilustram usos de insubordinadas que se estruturam conforme o padrão Introdutor + SN + SV; o introdutor, no entanto, não é o “que”: temos a presença de “quando” em (9) e de “se” em (10). Na insubordinada “Quando barulho de chuva dá medo”, o verbo “dá” está no modo indicativo. Nesse dado, o vínculo cotextual não é imediato com nenhuma outra porção

⁶ O tratamento desse padrão como um caso de insubordinação não é unânime; alguns autores frisam que há dependência sintática entre a oração e o SN que a antecede. Entretanto, consoante Cristofaro (2016), optamos por analisar esses usos como dados de insubordinadas, observando que eles “envolvem processos pelos quais uma antiga oração subordinada passa a ser usada sem a presença de uma oração principal completa” (CRISTOFARO, 2016, p. 404). A autora atesta padrões semelhantes no italiano, e os classifica como cláusulas de contexto ou de configuração de cena.

textual; a escrevente (Vera Iaconelli) prepara/anuncia a informação a ser dada no texto, configurando a função pragmática modal. No que se refere aos componentes da situação discursiva, assim como em (8), a insubordinada em tela se relaciona com as categorias organização do texto e conhecimento de mundo.

(9)

FOLHA DE SP PAULO
Vera Iaconelli
 Diretora do Instituto Gerar de Psicanálise, autora de "Criar Filhos no Século XXI" e "Manifesto antimaternalista". E doutora em psicologia pela USP




Quando barulho de chuva dá medo

👍 🗨️ 📌

Curtido por leticia_martinis e outras pessoas
 folhadespaulo #OPINIÃO | São Paulo amanheceu debaixo de uma chuva que poderia ter sido recebida com alívio diante da estiagem que a precedeu. O barulho ritmado que costuma servir para embalar o sono só trouxe mau presságio e aflição. São imagens da tragédia no RS que

(10)

 **dezinho**
 @udezinho

Se eu fosse uma estátua...



Na cláusula “Se eu fosse uma estátua...”, o verbo ocorre no modo subjuntivo (“fosse”) e há uma ausência total de vínculo cotextual. Em vez disso, fica evidente a relação contextual da cláusula com a imagem que lhe segue (uma fotografia manipulada, em que uma estátua grega está “sentada”, indicada por uma seta vermelha). Assim, tal insubordinada expressa semanticamente uma relação de preparação e sua função pragmática é modal, ancorando-se fortemente na informação contextual da imagem. Nesse dado, estão em destaque os componentes de conhecimento de mundo e de configuração discursiva, visto que a unidade tética evoca claramente a situação extralinguística na qual o enunciado se materializa, incluindo conhecimento partilhado presumido (por exemplo, o escrevente é uma pessoa cansada ou preguiçosa; mesmo que fosse uma estátua, preferiria ficar sentado, em repouso).

Nos exemplos de (9) e (10), vemos que os introdutores “quando” e “se” se assemelham a conjunções subordinativas, que geralmente iniciam orações subordinadas adverbiais. Também nesses dados, tais vocábulos devem ser analisados como resquícios formais preservados após a cooptação. Esses itens não exercem a função conectiva, pois não há orações principais às quais essas estruturas poderiam estar subordinadas. São, na realidade, orações insubordinadas, unidades téticas dependentes da situação do discurso.

Palavras finais

Neste artigo, defendemos a aplicação da proposta da Gramática Tética (KALTENBÖCK; HEINE; KUTEVA, 2011) para a descrição da insubordinação de orações. Procuramos demonstrar que as considerações teóricas acerca das unidades téticas podem agregar importantes subsídios para o mapeamento de cláusulas insubordinadas no português, descrevendo como elas se inserem em diferentes enunciados e como se vinculam às variadas situações do discurso. Além disso, conforme defendem Rodrigues e Oliveira (2023), o conceito de unidade tética pode ser estendido para a análise de dados históricos, viabilizando a realização de estudos diacrônicos sobre o tema, ainda pouco explorados.

Assumimos, ao longo do artigo, que as orações insubordinadas são unidades téticas porque, como mostramos, têm comportamento posicional próprio, ou seja, são estruturas sintaticamente independentes, que podem estar totalmente desconectadas do contexto precedente, porque têm seu significado determinado pela situação discursiva. Também podem guardar alguma relação semântica com a informação precedente, ainda que sintaticamente desvinculada dela. Portanto, seu(s) uso(s) não pode(m) ser explicado(s) por meio de análises restritas ao nível sentencial – a análise das insubordinadas pressupõe considerar o nível do discurso.

Acreditamos, ainda, que, para analisar as insubordinadas como unidades téticas, é imprescindível reconhecer os seus padrões formais (Introdutor + SV; Introdutor + SN + SV; SN + Introdutor + SV; SV_{forma nominal}), detectar as relações semânticas que elas podem estabelecer e suas funções pragmáticas (discursiva, modal, diádica), percurso que seguimos aqui neste artigo. Portanto, para descrever as insubordinadas, é preciso compreender os componentes da situação discursiva, compreender a organização textual, considerar a interação falante-ouvinte, atitudes do falante/escrivente, como propõe a Gramática Tética.

Referências

Affonso Jr (2024) AFFONSO JR., M. R. *Insubordinação em folhetins e romances do século XIX: um estudo funcionalista*. 2024. 194 fl. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2024.

BARONI, G. do C. *Insubordinação de cláusulas volitivas em português brasileiro: uma abordagem funcionalista*. 2022, 335 fl. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2022.

BARONI, G. do C.; RODRIGUES, V. V. Insubordinação: uma proposta funcionalista para o estudo de (des)articulação de cláusulas. *Revista do GEL*, v. 18, n. 3, p. 285-310, 2021.

BEIJERING, K.; KALTENBÖCK, G.; SANSIÑENA, M. S. Insubordination: Central issues and open questions. In: BEIJERING, K.; KALTENBÖCK, G.; SANSIÑENA, M. S. (eds.). *Insubordination: Theoretical and empirical issues*. De Gruyter Mouton: Berlin, 2019. p. 7-28.

CHAFE, W. L. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: CHAFE, W. L. (Ed.). *The pears stories: cognitive, cultural, and linguistic aspects of narrative production*. Norwood: Ablex, 1980.

CRISTOFARO, S. Routes to insubordination: a cross-linguistic perspective. In: EVANS, N.; WATANABE, H. (orgs.). *Insubordination*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016. p. 393-422.

D'HERTEFELT, S.; VERSTRAETE, J. Independent complement constructions in Swedish and Danish: Insubordination or dependency shift? *Journal of Pragmatics*, Estados Unidos, v. 60, p. 89-102, 2014.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da noção de “unidade informacional”. *Scripta (Linguística e Filologia)*, Belo Horizonte: PUC Minas, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1999.

DECAT, M. B. N. *Estruturas desgarradas em língua portuguesa*. Campinas: Pontes Editores, 2011.

EVANS, N. Insubordination and its uses. In: NIKOLAEVA, I. (ed.), *Finiteness. Theoretical and Empirical Foundations*. Oxford: Oxford University Press, 2007. p. 366-431.

EVANS, N.; WATANABE, H. (Orgs.). *Insubordination*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016.

GRAS, P. Revisiting the functional typology of insubordination: Insubordinate queconstructions in Spanish. In: EVANS, N.; WATANABE, H. (orgs.). *Insubordination*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 2016. p. 113-144.

HEINE, B.; KALTENBÖCK, G.; KUTEVA, T.; LONG, H. Cooptation as a discourse strategy. *Linguistics*, Estados Unidos, v. 55, n. 4, p. 813-855, 2017.

HEINE, B.; KALTENBÖCK, G.; KUTEVA, T. On insubordination and cooptation. In: EVANS, N.; WATANABE, H. (eds.). *Insubordination*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins, 2016. p. 36-55.

HIRATA-VALE, F. B. de M. Construções completivas insubordinadas subjetivas-modais no português brasileiro. *Estudos linguísticos*, São Paulo, v. 49, n. 1, p. 297-311, 2020.

HIRATA-VALE, F. B. de M.; OLIVEIRA, T. P. de; SILVA, C. F. da. Construções insubordinadas no português do Brasil: completivas e condicionais em análise. *Revista Odisseia, [S. l.]*, v. 2, p. 25-41, 2017.

KALTENBÖCK, G. Delimiting the class: A typology of English insubordination. In: BEIJERING, K.; KALTENBÖCK, G.; SANSIÑENA, M. S. (Eds.). *Insubordination: Theoretical and empirical issues*. De Gruyter Mouton: Berlin, 2019. p. 167-198.

KALTENBÖCK, G.; HEINE, B. Sentence grammar vs. thetical grammar: two competing domains? In: MACWHINNEY, B.; MALCHUKOV, A.; MORAVCSIK, E. (eds.). *Competing motivations in grammar and usage*. Oxford: Oxford University Press, 2014, p. 348-363.

KALTENBÖCK, G.; HEINE, B.; KUTEVA, T. On Thetical Grammar. *Studies in Language*, 2011, 35(4), p. 848-893.

LUFT, C. P. *Moderna gramática brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1976.

MITHUN, M. The extension of dependency beyond the sentence. *Language*, v. 84, n. 1, p. 69-119, 2008.

RODRIGUES, V. V. *Cláusulas sem núcleo em português: desgarramento ou insubordinação?* 1. ed. São Paulo: Blucher, 2021.

RODRIGUES, V. V. Padrões de insubordinação no PB. In: SIMPÓSIO MUNDIAL DE ESTUDOS DE LÍNGUA PORTUGUESA, 8, 2022. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2022.

RODRIGUES, V. V. Cláusulas insubordinadas no português em uso. In: CEZARIO, M. M. da C.; MARQUES, P. M.; CASTANHEIRA, D. (Orgs.). *Pesquisas funcionalistas e aplicações ao ensino superior*. São Paulo: Pimenta Cultural, 2024, p. 212-238.

RODRIGUES, V. V.; OLIVEIRA, T. L. de. Cláusulas insubordinadas no Português Arcaico: notas preliminares. *Revista Lingüística*, v. 19, n. 1, p. 221-248, 2023.

SANSIÑENA, M. S. *The multiple functional load of que: an interactional approach to insubordinate complement clauses in Spanish*. 2015. PhD Thesis. Katholieke Universiteit Leuven, Leuven, 2015.

Recebido em: 15/09/2024.

Aceito em: 28/12/2024.